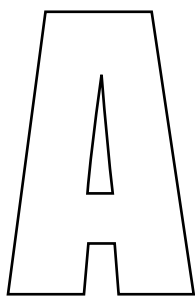


O POTENCIAL DO EMPREENDEDORISMO

O EMPREENDEDORISMO É UM DOS PRINCIPAIS FATORES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA NAÇÃO. NO BRASIL, A FALTA DE INCENTIVO DIFICULTA O ALAVANCAR DO SETOR NO PAÍS



As micro, médias e pequenas empresas (MPMEs) representam mais de 98% do total dos empreendimentos nas economias desenvolvidas, mais de 60% são condizentes com a geração de empregos na economia e cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, nas economias menos desenvolvidas, elas empregam pouco mais de 30% da força de trabalho e representam pouco mais de 10% do PIB. As diferenças extremas entre as economias demonstram a importância que a atividade empreendedora pode ter no desenvolvimento econômico de um país, principalmente no que diz respeito à geração de novos produtos, serviços, oportunidades de negócios e crescimento financeiro. Assim, um dos principais desafios que todos os países enfrentam é como fomentar a atividade empreendedora.

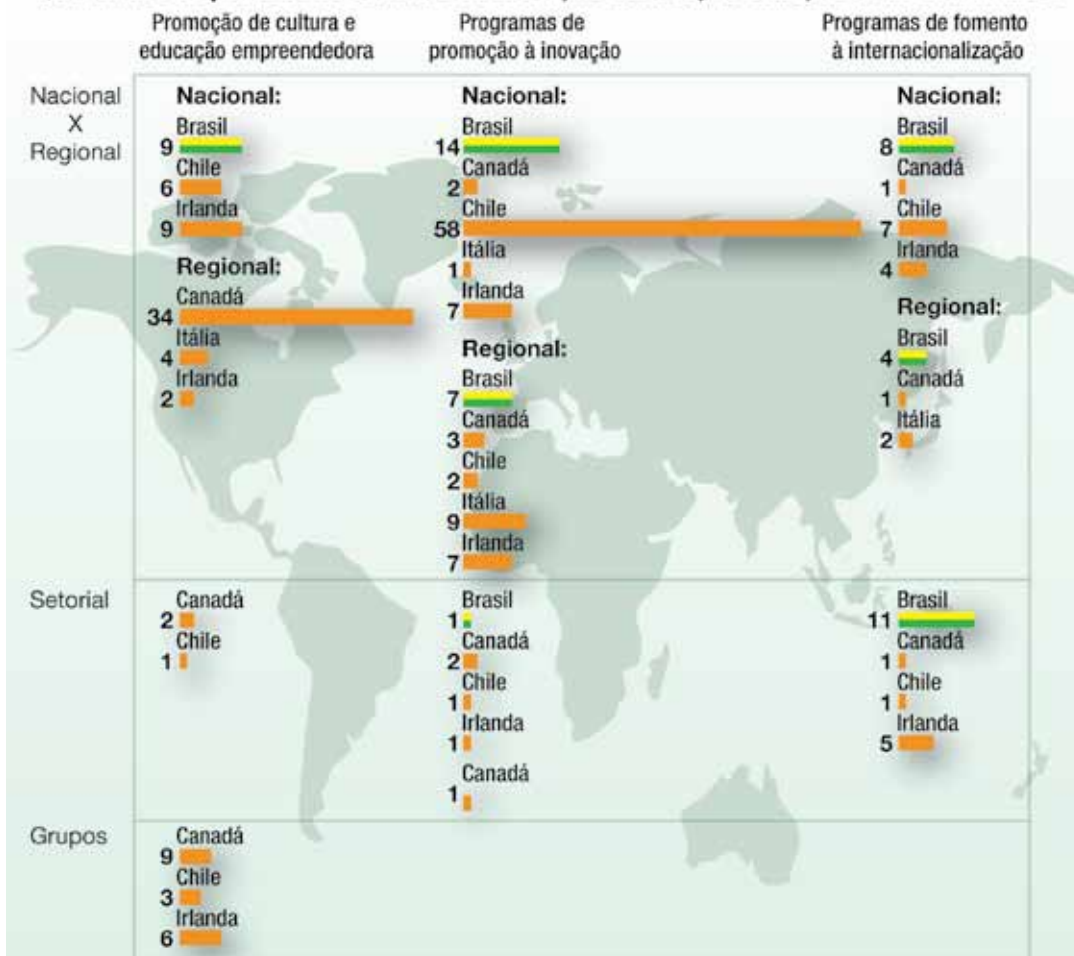
Diante desse cenário, vem o questionamento: qual é a necessidade de se criarem políticas públicas de fomento ao empreendedorismo? Essa questão levou o pesquisador Gilberto Sarfati, professor da FGV-EAESP, a desenvolver um estudo comparativo para compreender como esse fato aparece em diferentes países. Os países comparados no estudo foram Brasil, Canadá, Chile, Itália e Irlanda. Apesar de todos eles reconhecerem que as MPMEs são membros fundamentais no desenvolvimento de um país, os incentivos variam bastante de um para o outro.

NO BRASIL. De modo geral, as políticas públicas no Brasil não priorizaram historicamente as MPMEs, desde os períodos de substituição de industrialização e das importações das décadas de 1950 a 1970, passando pela crise econômica da década de 1980, até o período de neoliberalismo econômico da primeira metade da década de 1990.

Desde esse período, o principal órgão de incentivo e atendimento às necessidades das MPMEs é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que foi fundado em 1972 como uma entidade privada de interesse público. Mais de 70% da receita da organização vem das contribuições obrigatórias que as empresas de médio e grande portes devem pagar e é incidente sobre o salário do trabalhador. Outra importante ferramenta de mudança na importância das MPMEs nas políticas públicas brasileiras foi a instituição da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), em 2003. Dentro dessa política, as MPMEs passam a ser prioridade das ações de política pública por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais.

NO MUNDO. Comparando o Brasil com os demais países analisados pela pesquisa, nota-se que países como Canadá e Chile possuem políticas de incenti-

Quantidade de políticas de estímulo no Brasil, no Canadá, no Chile, na Itália e na Irlanda



vo ao empreendedorismo em todos os níveis e que países desenvolvidos como a Itália possuem menos políticas dessa natureza que o Brasil. Como mostra o gráfico acima, que traz o número de políticas de estímulo ao empreendedorismo em cada país.

REFLEXÃO E ESPERANÇA. Apesar de alguns avanços nos últimos anos, abrir, manter e fechar uma empresa no Brasil ainda é bastante complexo e muito burocrático, em face das demandas, que frequentemente se modificam dos vários níveis de governo, não configurando ainda um ambiente adequado para a execução da atividade empreendedora. Mesmo com o crescimento econômico do Brasil no panorama mundial, o aumento da condição financeira da população e da possibilidade de se investir no seu próprio negócio, a quantidade de programas de incentivo

à cultura empreendedora é bem menor e seu alcance é limitado quando comparados aos do Chile, que possui programas voltados para o empreendedorismo no âmbito nacional, regional, setorial e para grupos específicos (negros, mulheres e jovens).

Uma medida positiva que está aflorando nesse sentido é a da cidade de São José dos Campos, por exemplo, que, na década passada, incluiu o empreendedorismo dentro das diretrizes da educação no ensino fundamental da rede municipal. Outra medida que cabe mencionar é a Lei n. 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem; trata-se de incentivos fiscais à inovação, que têm sido aproveitados por empresas de médio e grande portes, mas o governo federal estuda mecanismos para estender o benefício a pequenas empresas e, aos poucos, ampliar o número de políticas nesse setor. ■